FINANÇAS PÚBLICAS

ACM pressiona pela renegociação de dívidas

Senador une-se a seis governadores do Nordeste para obrigar presidente a rever débitos

CÉSAR FELÍCIO

BRASÍLIA – O Senado iniciou ontem, em conjunto com um grupo de governadores, uma ofensiva para obrigar o presidente Fernando Henrique Cardoso a aceitar uma nova renegociação das dívidas estaduais para com a União. Em reunião de seis governadores do Nordeste na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), defendeu a reabertura das negociações.

"Tenho certeza de que haverá compreensão do governo federal, até porque a União tem interesse em receber os débitos", afirmou o senador baiano.

Firmados entre 1996 e 1998, os acordos estabelecem o pagamento da dívida pelo prazo de 30 anos, em troca da privatização de empresas estatais e de um comprometimento mensal da receita de até 13% com encargos. No Senado, existe uma proposta do senador José de Alencar (PMDB-MG) reduzindo esse porcentual para 5%.

Aliado de ACM, o governador da Bahia, César Borges (PFL), propôs uma fórmula que não altera o percentual, mas modifica o conceito de receita líquida dos Estados. "O cálculo atual engloba como receita transferências carimbadas e isso não considero justo", afirmou.

O governador baiano quer excluir, por exemplo, as transferências da União para o financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), um recurso que o governo estadual recebe apenas para repassar à rede hospitalar. "Também considero que empréstimos de organismos multilaterais não deveriam entrar no cálculo da receita", disse.

PROPOSTA REDUZ REPASSE DE RECEITAS

Mais agressivo, o governador do Piauí, Francisco de Assis Moraes de Souza (PMDB), o Mão Santa, disse que o governo federal descumpriu os termos do acordo. Ele reclamou da demora da Eletrobrás em privatizar as centrais elétricas do Estado, que foram federalizadas no ano passado.

"Eles nos tomaram a companhia elétrica a troco de nada, nunca vi tamanha indignidade no Universo", atacou. Segundo ele, "o governo federal provou que essa história de mandar os Estados fazerem seu dever de casa é papo furado e conversa fiada". E ironizou: "O Piauí nunca teve terremoto, até que um dia começou o governo Fernando Henrique."

Ed Ferreira/AE

ACM: "Tenho certeza de que haverá compreensão do Planalto, até porque a União tem interesse em receber esse dinheiro"